DAUSTER, Tânia; TOSTA, Sandra Pereira; ROCHA, Gilmar (orgs.). *Etnografia e educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012, 248p.

AMURABI OLIVEIRA

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p331-335

A coletânea *Etnografia e Educação* (2012), organizada por Tânia Dauster, Sandra Pereira Tosta e Gilmar Rocha, surge a partir do workshop internacional Diálogos Ibero-Americanos sobre Etnografia na Educação, promovido pelo Grupo de Pesquisas em Educação e Culturas (PUC-Minas), bem como dos diversos espaços acadêmicos a partir dos quais esses antropólogos têm se inserido, o que inclui tanto os eventos na área da Educação quanto na Antropologia.

Apesar de ser bastante antigo o diálogo entre a Antropologia e a Educação, como nos elucidava Gusmão (1997), trata-se de uma área ainda em processo de construção, que se forja na interface entre estes dois diferentes campos disciplinares, cuja principal articulação se dá justamente a partir do processo de apropriação da Etnografia por aqueles que realizam pesquisas educacionais, sejam eles antropólogos ou não, ainda que esse processo se mostre por vezes problemático, marcado por tensões (VALENTE, 1996), disseminando-se, por vezes, uma perspectiva na qual há o desenvolvimento de estudos do tipo etnográfico, e não etnografias no sentido estrito do termo (OLIVEIRA, 2013b). Esta coletânea, entretanto, se posiciona nesse debate apontando para as múltiplas possibilidades abertas pela utilização da etnografia em educação.

Esse trabalho está estruturado em torno de nove capítulos, que em sua maioria articulam uma reflexão metodológica com dados de campo, sendo os autores, via de regra, antropólogos que pesquisam sobre educação, e em alguns casos orientando em Programas de Pós-Graduação em Educação, cujas teses e dissertações dão origem a alguns dos artigos.

Raúl Iturra, em “A epistemologia da infância: ensaio de antropologia da educação”, realiza uma aproximação na discussão da educação a partir do universo infantil, destacando que “Para o adulto, é um caos de ideias a lógica da criança. Para as crianças, uma tensão lógica que permite uma forma de pensar.” (p. 33). Sua discussão aproxima-se do que tem se convenicionado denominar no Brasil de Antropologia da Criança (COHN, 2005), porém focando mais no processo de aprendizagem, defendendo uma diferenciação que não é qualitativa do saber da criança com relação ao saber do adulto, indicando que o que aquela não possui são palavras para explicitar o que entende.

Gilmar Rocha também realiza um trabalho mais de reflexão teórica em “Aprendendo com o outro: Margaret Mead e o papel da educação na organização da cultura”, resgatando uma dimensão normalmente olvidada na obra dessa antropóloga. Rocha preocupa-se tanto em apresentar a autora e seu legado intelectual de forma mais ampla, quanto em analisar sua reflexão sobre a educação, que envolve um

contínuo debate sobre o outro, mas que também possui implicações na forma de pensar sua própria sociedade (a estadunidense). Aponta ainda além dos avanços no debate teórico as inovações metodológicas trazidas pela autora, que tangenciam tanto a utilização do vídeo e da fotografia, quanto do desenvolvimento de uma abordagem própria para a apreensão do universo infantil.

“Escrever: formação e identidade num universo de escritoras”, de autoria de Tânia Dauster, assim como no texto de Iturra acaba por realizar uma análise na interface entre a Antropologia da Educação e outro campo, o da Antropologia da Leitura e da Escrita. Trata-se de uma etnografia urbana que se utiliza da análise biográfica, voltando-se para a formação, construção de identidades e representações e prática de escrita de oito escritoras renomadas de diferentes gerações. Longe de traçar um panorama linear, Dauster enfatiza a multiplicidade de representações em torno da escrita, o que interpreta a partir do conceito de metamorfose desenvolvido por Gilberto Velho, segundo a autora: “[...] as experiências simbólicas que marcam e constituem as trajetórias e as construções sociais das identidades das escritoras, suas ‘passagens’, seus ‘trânsitos’ e seu trabalho ficcional.” (p. 94).

Seguindo o fio condutor do texto de Dauster, Lucelena Ferreira, em “Sinal fechado: representações e práticas de leitura de alunos do ensino médio de uma escola pública carioca”, volta-se também para a interface entre a Antropologia da Educação e Antropologia da Leitura e da Escrita, apresentando como se utilizou do método etnográfico para desenvolver seu trabalho em uma escola, bem como os critérios utilizados para a seleção de seus sujeitos de pesquisa. Considerando a perspectiva tanto da professora de língua portuguesa quanto dos alunos, Ferreira demonstra como há no espaço

da sala de aula concepções distintas sobre o que é ler, e quais as implicações existentes no processo de ensino e aprendizagem, de tal modo que a autora conclui que a professora não consegue atingir seu objetivo com relação ao letramento literário, tendo em vista que “As práticas escolares de leitura não vêm se constituindo em práticas significativas para a maior parte do grupo pesquisado.” (p. 121).

Ricardo Vieira, em “Do lar à escola: a hegemonia das práticas escolares e a antropologia da educação em Portugal”, reconstitui a formação do campo da Antropologia da Educação em Portugal, que seria uma história recente, remetendo aos anos de 1970, ao contrário do que ocorreu no Brasil, quando já no começo do século XX contávamos com os Laboratórios de Antropologia e Psicologia Pedagógica (OLIVEIRA, 2013a). Aponta inúmeros estudos desenvolvidos, focados, em sua maioria, na realidade escolar, mas também em processos de aprendizagem mais amplos, numa intensa interface com os estudos da infância. Para finalizar o artigo, Vieira traz uma reflexão sobre o processo de formação de professores, o que nos leva a uma análise sobre a pertinência da discussão antropológica na formação docente, que possibilitaria a ampliação dos horizontes destes, tendo em vista que “Os professores não estão treinados para entender a mente cultural quer de alguns alunos quer de alguns pais”, e, ante este desafio, a Antropologia poderia trazer uma contribuição significativa.

“Pelos mares da baía da Ilha Grande” traz os primeiros resultados da pesquisa de Anderson Tibau, que apesar de se relacionar com os processos de educação formal, pois seus sujeitos são alunos da escola regular, há um deslocamento de olhar para os processos pedagógicos vivenciados no barco que leva estudantes, professores, dentre outros sujeitos para a Ilha Grande, considerando que, na interpretação

do autor, “[...] a escola já é vivenciada no próprio trajeto que a comunidade faz em sua direção” (p. 156). O autor tem o cuidado de apresentar seus pressupostos epistemológicos, bem como descrever detalhadamente o contexto social no qual se insere sua pesquisa, e, apesar de trazer apenas dados iniciais, ele já aponta para algumas questões interessantes, como as interpretações de alguns professores sobre o desinteresse pela leitura por parte dos alunos, que seria motivado tanto pela escassez na renovação do acervo da biblioteca, quanto pela disseminação de mídias móveis. Tibau, entretanto, não se propõe a realizar ensaios interpretativos mais “ousados”, tendo em vista que nesse texto procura apenas apresentar ao leitor alguns aspectos da cultura escolar presente na Ilha Grande por meio da descrição do trajeto de barco rumo à escola.

Alexandre Barbosa Pereira realiza mais um trabalho de interface, desta vez entre a Antropologia da Educação e a Antropologia Urbana. Em seu texto “Jovens e rituais escolares”, o autor anuncia logo no início as dificuldades encontradas para se realizar pesquisa no universo escolar, e, de fato, esta é uma questão que deve ser trazida pelos pesquisadores no âmbito da Antropologia da Educação, tendo em vista a complexidade que envolve este espaço. Sua análise se volta para os rituais cotidianos, especialmente aqueles que possibilitam a “quebra da ordem”, por meio da zoação e da ideia de “causar”, que além disso traziam novos elementos para a relação entre autoridade e alteridade existente, a qual iria para além da dicotomia entre professores e alunos. Por fim, traz uma reflexão pertinente sobre as finalidades da escola, focando no processo de docilização dos corpos, porém, partindo dos dados etnográficos apresentados ao longo do trabalho, ele realiza o seguinte apontamento:

[...] atualmente, apartada do mundo exterior, com poucas relações com os lugares onde se situam na cidade, conformando uma estrutura que tende ao hermetismo, com sua arquitetura que se assemelha muito à de uma prisão ou à de um espaço de reclusão de jovens infratores, com suas grades, portões e cadeados, a escola tem se mostrado cada vez mais com dificuldades de funcionar plenamente como uma instituição que disciplina os mais jovens, impondo-lhes padrões de corporalidade. (p. 188).

Parece-me que reside aí uma das grandes possibilidades abertas pela etnografia em educação, ao possibilitar mais que a simples constatação dos limites do atual modelo de sistema escolar existente, indo rumo a uma análise sobre como esta questão se apresenta na prática. Não é à toa que a etnografia passou a ser utilizada amplamente pela denominada Nova Sociologia da Educação a partir dos anos 1970, uma vez que essa corrente visava, justamente, analisar a “caixa-preta” que é a escola. Nesta mesma direção, o artigo de Sandra Pereira Tosta e Pollyana Alves também busca desvendar a realidade escolar por meio da etnografia. Em “Cultura e cor na escola: uma etnografia com adolescentes negros de elite”, as autoras investigam um tema privilegiado nesta interface entre a Antropologia e a Educação, que diz respeito às relações étnico-raciais na educação, que tem ganhado destaque principalmente em razão das diversas políticas públicas em educação no Brasil, como as cotas no ensino superior para alunos negros e a lei nº 10.639/03, o que pode ser atestado pelo incremento de pesquisas que vêm sendo realizadas nos últimos anos em Programas de Pós-Graduação em Educação (OLIVEIRA, 2011).

As autoras iniciam seu trabalho problematizando a educação enquanto objeto de

investigação da antropologia, especialmente a educação escolar, fazendo referência a trabalhos seminais como os de Margaret Mead no plano internacional e os de Florestan Fernandes no caso brasileiro. Para elas, “Se fica claro que a educação escolar tem sido pouco tratada nos estudos antropológicos, também é por demais evidente que, no conjunto do conhecimento disponibilizado na interface entre antropologia e educação, algumas questões permanecem quase ocultas, dentre elas, as identidades étnico-raciais de adolescentes negros de classe alta, na condição de alunos de escolas particulares.” (p. 196-197). No estudo empreendido fica evidente que, apesar da mobilidade social vivenciada, a discriminação continua persistente na realidade desses alunos, cuja afirmação identitária mostra-se repleta de contradições que lhes são inerentes.

O último artigo da coletânea também encontra-se no campo dos estudos das relações étnico-raciais em educação, porém focando em outro campo que tem emergido com bastante fôlego nas últimas décadas: a educação quilombola. Este é o recorte de Neusa Maria Mendes de Gusmão e Márcia Lúcia Anacleto de Souza em “Educação quilombola: entre saberes e lutas”. Esta modalidade de educação é apresentada pelas autoras como em construção, oriunda de uma nova demanda social que se insere nas políticas públicas brasileiras, que para sua compreensão deve-se considerar tanto os aspectos estritamente culturais quanto “raciais”, já que estão inseridos na discussão sobre a discriminação e preconceito racial no Brasil, o que se articula intimamente com a necessidade de se pensar uma escola que se comunique com a comunidade na qual se insere. As autoras se preocupam nesse trabalho em apontar para as lutas em torno de uma educação diferenciada, que possui os professores

como agentes de destaque no processo de articulação das demandas culturais e étnicas que emergem nesse embate. Todavia, para além da questão exclusiva da educação quilombola, as autoras se preocupam em trazer uma reflexão em torno da necessidade de se pensar uma escola que dialogue com a diversidade de maneira ampla, o que podemos interpretar como outra contribuição substancial da antropologia à educação.

Etnografia e Educação insere-se no contexto das novas questões que têm surgido no campo educacional e que têm demandado uma aproximação com a antropologia, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Em grande medida essa coletânea demarca mais claramente a necessidade existente de que os antropólogos passem a assumir a educação como um objeto legítimo de investigação, o que ainda é realizado de forma pontual, cujos resultados têm sido divulgados principalmente por meio de Grupos de Trabalho em eventos diversos, tanto de antropologia quanto de educação. Trata-se portanto de uma obra relevante em termos acadêmicos e sociais, que deve ser tomada como uma importante referência para ambos os campos de saber.

Referências bibliográficas

- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GUSMÃO, Neusa M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. In: *Cadernos CEDES*. v. 43, n. 43, p. 8-25, 1997.
- OLIVEIRA, Amurabi. A antropologia dos não antropólogos e outras questões etnocêntricas. In: *Revista Antropológicas*, v. 22, n. 2, p. 101-123, 2013.
- _____. O lugar da antropologia na formação docente: um olhar a partir das escolas normais. In: *Pro-Posições*, v. 24, n. 2, p. 27-40, 2013a.

_____. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação?. In: *Revista FAEBA*, v. 22, n. 40, p. 69-82, 2013b.

VALENTE, Ana L. E. F. Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional. In: *Pro-Posições*, v. 7, n. 20, p. 54-64, 1996.

autor

Amurabi Oliveira

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Recebido em 06/08/2014

Aceito para publicação em 08/12/ 2014